

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS

MARCO ANTONIO DE BARROS

Nascido em São Paulo – SP – 26/06/1952

Inicialmente registro a minha enorme satisfação pela especial oportunidade que a Associação Paulista do Ministério Público está proporcionando aos promotores e procuradores de Justiça aposentados. Sou e sempre serei eternamente grato ao Ministério Público do Estado de São Paulo, amada instituição, que me ensinou muito mais do que eu imaginava ser capaz de aprender.

Carreira de promotor de Justiça

Em 1978, obtive o diploma de bacharel em Direito pela FMU. Tinha 25 anos de idade e preferi não advogar naquela época. Era escrevente do 21º Tabelionato de São Paulo. Lavrava escrituras e já possuía uma boa clientela. Aos 29 anos voltei a estudar (no curso do prof. Damásio). Seis meses se passaram e tentei o concurso da Magistratura. Não fui aprovado. Aos nove meses me submetia pela primeira vez ao concurso do Ministério Público. Graças a Deus, fui aprovado.

Concurso

O Concurso do Ministério Público teve início em 1981 e se encerrou em maio de 1982. Guardo em minha lembrança um fato particularmente significativo. Meu exame oral estava marcado para o dia 10 de maio, segunda-feira. No dia 08 (sábado), após o almoço, recebi a notícia de que meu pai tinha falecido na cidade do Rio de Janeiro. Viajei imediatamente de avião e depois de resolver a documentação de praxe, retornei de madrugada, no veículo da funerária, acompanhando o corpo de meu pai até o seu féretro em São Paulo, no domingo, dia 09.

Na manhã seguinte fui à sede do Ministério Público, mais precisamente ao auditório localizado no 15º andar, do Fórum da Praça João Mendes, onde a Banca Examinadora, integrada pelos doutores João Severino de Oliveira Peres (Procurador-Geral), Aldo Almeida Prado de Magalhães, Joachim Wolfgang Stein, Silvio Barros de Almeida e Cantídio Salvador Filardi (este último representando a OAB), dava prosseguimento aos exames orais.

Encontrava-me naturalmente abalado pela morte súbita do meu pai. Pouco antes de ser chamado comecei a chorar muito e fui várias vezes ao lavatório para enxaguar os meus olhos. O funcionário do MP que auxiliava na Portaria notou a minha situação e foi avisar o Procurador de Justiça Joachim Wolfgang Stein, que naquele momento presidia os trabalhos. Gentilmente o Dr. Stein veio ao meu encontro no corredor daquele andar, se inteirou do ocorrido e me ofereceu a oportunidade de realizar o exame oral em outro dia. Eu agradeci aquela especial deferência, mas disse-lhe que era melhor submeter-me ao exame naquele dia, pois sempre tive fé em Deus, e, se tivesse que ser aprovado ou não, um adiamento para poucos dias não iria modificar as coisas.

Todos os examinadores foram solícitos e me ajudaram a levar o exame até o seu final. Sou especialmente grato aos Drs. Stein, Silvio e Cantídio. Em 24 de maio de 1982 foi publicamente anunciado o resultado. Meu nome foi o 55º a ser chamado, entre os 73 aprovados. Apenas para se ter ideia desse novo grupo promotores substitutos, podemos mencionar, sem desdouro aos demais, alguns colegas do nosso concurso: Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin; Carlos Henrique Mund; Cyrdêmia da Gama Botto; Dráusio Lúcio Barreto; Evelise Pedroso Teixeira; José Oswaldo Molineiro; Maria do Carmo Ponchon da Silva; Maria Tereza do Amaral; Nelson Gonzaga de Oliveira; Regina Zaquia Capistrano.

Promoções

Ingressei na Carreira em 14 de julho de 1982, e a partir dos anos seguintes, dei-me conta do extraordinário valor institucional que o Ministério Público desenvolve perante a população, abrangendo as suas atividades um papel de destaque que toca em todas as etnias, raças, classes sociais, econômicas e culturais. Foi a maior e melhor escola da minha vida, sob todos os aspectos. Posso dizer que o aprendizado e a experiência profissional, que modestamente agreguei ao longo dos anos, foi obtida por força dos seguintes cargos:

- 2º. Promotor de Justiça Substituto de Sorocaba. Início: 14/07/82. Em tal período officiei nas comarcas de Tatuí e São Roque; e antes de sua primeira promoção também fui designado para atuar como promotor na Capital, nos Foros Distritais de Tucuruvi, Santo Amaro e Promotorias de Justiça Militar.
- Promotor de Justiça de Itaporanga (1ª. Entrância). Promovido pelo critério merecimento: 23/11/1983.
- Promotor de Justiça de Santa Isabel (2ª. Entrância). Promovido pelo critério de merecimento: 14/03/1984.
- 1º. Promotor de Justiça Curador Geral de Santo André (3ª. Entrância). Promovido pelo critério merecimento: 08/05/1984.
- Convocação por merecimento para officiar em Entrância Especial: 25/10/84. Durante vários meses fui designado para atuar na 3ª. Promotoria de Justiça Militar da Capital. Ainda vigorava o período de governo de regime militar. Nessa época

também fui designado pelo Procurador-Geral, Paulo Salvador Frontini, para acompanhar alguns casos rumorosos investigados em inquéritos policiais militares.

- 128º. Promotor de Justiça da Capital. - Promovido por merecimento em 25/04/1986. Atendendo ao convite que foi feito pelo Procurador de Justiça Édis Milaré, fui designado para exercer funções junto a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital. Nesse período tive a oportunidade de elaborar uma manifestação do Ministério Público, denominando-a "O TOMBAMENTO DOS JARDINS AMÉRICA, EUROPA, PAULISTA E PAULISTANO" – Esse trabalho foi premiado como "Melhor Arrazoado Forense do ano de 1987", 2º colocado, pela Associação Paulista do Ministério Público, publicado na Revista JUSTITIA n. 143, p.140 - jul./set. 1988.

Ainda como Promotor trabalhei na 1ª Promotoria de Justiça de Família e Sucessões do Fórum Central da Capital, e, em 01/09/1989, obtive remoção para o cargo de 1º. Promotor de Justiça de Família e Sucessões do Jabaquara.

- Convocação pelo critério de merecimento para Segunda Instância: 31/07/93 – processos da competência do Tribunal de Alçada Criminal. Em 01/09/94, passei a oferecer pareceres em processos de *habeas corpus*.

- Promoção por merecimento para o cargo de Procurador de Justiça: 31/12/1994.

- Procurador de Justiça eleito membro do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público de São Paulo, para o biênio 1996/97. Dentre os 20 eleitos foi o 3º. candidato mais votado. Tomei posse em 05/01/1996.

- Eleito Conselheiro Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, para o biênio 1996/1997, por votação unânime dos integrantes do Órgão Especial do M.P.

- Eleito Conselheiro do Conselho Curador da Escola Paulista do Ministério Público, para o biênio 1996/97, por votação unânime dos integrantes do Órgão Especial /M.P.

- Eleito Conselheiro do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público (1º Suplente), para o biênio 1998/99. Assumiu e exerceu o cargo no período de 26 de janeiro de 1998 a 03 de março de 1998.

- Eleito conselheiro do Conselho Deliberativo e Redacional da Revista "Justitia", em 03/03/1998 - eleito Diretor-Adjunto para o período de 1998/1999.

- Aposentei-me em 01 de maio de 1998. Foi, sem dúvida, uma decisão difícil, porém motivada pela insegurança que se espalhou acerca das prometidas modificações determinadas pelo governo/congresso na área previdenciária. Lembro-me que naquela época essas mesmas dúvidas também se abateram em Hugo Nigro Mazzilli, colega que também se aposentou.

- Em de 21/6/99, fui reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Deliberativo e Redacional da Revista "Justitia", pelo prazo de um ano (até junho de 2000).

Após ter ingressado no Ministério Público, dediquei-me de corpo e alma ao trabalho da Promotoria. Isso me motivou, ainda mais, o gosto pelo estudo e pela pesquisa. Como consequência, em fevereiro de 1985, passei a lecionar na Faculdade de Direito das FMU. Na carreira docente ocupei os cargos de chefe do Departamento de Direito Processual Penal, Vice-Diretor e Diretor de Faculdade.

No ano de 2000 obtive o título de doutor na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo como orientador o Professor Antonio Scarance Fernandes. Escrevi algumas obras jurídicas. As principais são: “A busca da verdade no processo penal”, 4ª ed., 2013, Editora Revista dos Tribunais; e “Lavagem de capitais e obrigações civis correlatas”, 4ª ed., 2013, Editora Revista dos Tribunais. Possui dezenas de artigos jurídicos publicados.

Aposentadoria

Apesar de ter aposentado do Ministério Público, jamais deixei de acompanhar a movimentação da carreira dos colegas e continuei estudando todos os temas de interesse institucional. Quando me aposentei vivia um momento de intensa atividade na área acadêmica (aulas, pós-graduação, produção doutrinária). Essa atividade já consumia a maior parte do tempo, e, por esse motivo, até hoje, ainda não senti ainda alguns dos conhecidos efeitos da aposentadoria.

Desde 2008 passei a lecionar na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. No exercício da docência estou prestes a completar 30 anos de dedicação ininterrupta (10 dos quais como diretor de Faculdade). Além disso, sou avaliador de Cursos de Direito do MEC/INEP desde 2006. Não exerci a advocacia, a não ser esporadicamente. Sou, com muita honra e agradecimento, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (aposentado) e professor universitário.